

A POLÊMICA ENTRE JÚLIO RIBEIRO E ALBERTO SALES: UMA ANÁLISE DO DEBATE SOBRE O MODELO IDEAL DE ORGANIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS E O EMPREGO APROPRIADO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS NA PRODUÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL NO SÉCULO XIX

THE CONTROVERSY BETWEEN JÚLIO RIBEIRO AND ALBERTO SALES: AN ANALYSIS OF THE DEBATE ABOUT THE IDEAL MODEL OF ORGANIZATION OF SCIENCES AND THE APPROPRIATE USE OF THEORETICAL REFERENCES IN THE LINGUISTIC PRODUCTION IN BRAZIL IN THE NINETEENTH CENTURY

*José Edicarlo de Aquino** [<https://orcid.org/0000-0002-7163-4532>]

Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil

Resumo: Neste artigo, a partir da acusação de plágio feita a Júlio Ribeiro por Alberto Sales, analisamos as posições conflitantes acerca do modelo ideal da organização das ciências e, sobretudo, do emprego de referências teóricas na produção linguística no Brasil no século XIX, mostrando igualmente as outras questões derivadas desse debate, como a importância dos estudos clássicos e a concepção da educação. Deixando de lado a dimensão moral da questão do plágio, o que nos interessa é pensar que, longe de ser uma simples cópia, existe todo um trabalho de ressignificação das referências teóricas por parte de Júlio Ribeiro, argumentando que ele demonstra compreensão dos procedimentos de transferência metalinguística entre línguas a partir da tradição da gramática greco-latina para a composição de uma gramática.

Palavras-chave: Júlio Ribeiro; Alberto Sales; polêmica; organização das ciências; plágio.

Abstract: *In this article, based on the accusation of plagiarism addressed to Júlio Ribeiro by Alberto Sales, we analyze the conflicting positions about the ideal model of the organization of sciences and, above all, the use of theoretical references in the linguistic production in Brazil in the 19th century, such as the importance of classical studies and the conception of education. Leaving aside the moral dimension of the issue regarding plagiarism, what matters to us is to think that, further than being a simple copy, there is a whole work of re-signification upon the theoretical references on the part of Júlio Ribeiro, arguing that he demonstrates understanding of metalinguistics transfer between languages from the Greco-Latin grammar tradition to the composition of a grammar.*

Keywords: *Júlio Ribeiro; Alberto Sales; Controversy; Organization of the Sciences; Plagiarism.*

* Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional, Tocantins, Brasil;
edicarlos_aquino@yahoo.com.br

Introdução

No conjunto das *Cartas Sertanejas*, uma série de dez artigos publicados no jornal *Diario Mercantil* em 1885, Júlio Ribeiro vai tratar, entre vários outros assuntos, da eleição de dois políticos do Partido Republicano de São Paulo, discussão na qual ele descreve o caráter de um homem cientificamente preparado. Por suas posições teóricas e, sobretudo, por suas críticas políticas, Júlio Ribeiro vai chamar a atenção do diretor do jornal *A Provincia de São Paulo*, sendo envolvido numa polêmica em que é acusado de plágio por Alberto Sales.

Toda a polêmica em torno das acusações de plágio feitas a Júlio Ribeiro por Alberto Sales, nos permite visualizar questões importantes que estavam em debate no Brasil no fim do século XIX, como a importância dos estudos clássicos, a concepção da educação, o paradigma de organização das ciências e os modos de utilização de escritos de terceiros na composição de textos gramaticais e linguísticos. Neste artigo, vamos tratar especialmente das posições conflitantes acerca do modelo ideal da organização das ciências e, sobretudo, do emprego de referências teóricas na produção linguística no Brasil no século XIX.

1 O arquétipo do homem cientificamente preparado para Júlio Ribeiro

Numa das primeiras cartas publicadas no jornal *Diario Mercantil*, em 4 de março de 1885, Júlio Ribeiro classifica a eleição de dois políticos do Partido Republicano de São Paulo à Assembléia Geral como o “maior acontecimento do principio do anno da graça de 1885”, pondo-se na posição contrária dos jornais brasileiros que tomariam os dois congressistas, Campos Salles e Prudente de Moraes, como “homens modernos, de vistas largas, *cientificamente preparados* para todas as luctas da idéa, para todos os cometimentos do seculo”, como “deputados de talento masculino, solidamente nutridos em sciencia genuina” (RIBEIRO, 2007, p. 17-18).

O problema para Júlio Ribeiro não é o “merito pessoal dos dous deputados”, mas a “vastidão dos seus conhecimentos”. A questão é que eles não são “*cientificamente preparados* para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna” (RIBEIRO, 2007, p. 22). Imediatamente após estabelecer a universalidade de conhecimentos como primeiro requisito da educação moderna e a própria

educação como base da organização social, Júlio Ribeiro descreve então o que deve conhecer um homem para ser cientificamente preparado:

O homem *cientificamente preparado* deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetaria, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia- historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica.

E mais, deve ter estudos classicos solidos. (RIBEIRO, 2007, p. 23)

A profusão de nomes de disciplinas mostra a infinidade de conhecimentos que é preciso dominar para ser cientificamente preparado. Quase no fim da lista, a linguística aparece citada como um desses conhecimentos que é preciso ter para ser um homem cientificamente preparado.

Depois de defender a partir de Almeida Garrett o valor das belas letras e dos clássicos para aqueles que seguem a vocação pública, Júlio Ribeiro volta a descrever os conhecimentos que é preciso ter para ser um homem cientificamente preparado:

Qualquer dos dous deputados será capaz de resolver uma equação do segundo grau? –de demonstrar as propriedades da hypotenusa e das cathetas de um triângulo rectangulo? –de determinar a parallaxe da lua? –de avaliar por meio de um raio de luz a quantidade de assucar que lhe adoça o café da manhã? –de dizer que substâncias deve combinar, e em que proporções para dissolver o subsidio de um dia, caso seja pago em ouro? – de traçar a arvore genealogica da vida animal, a partir da *monera* e a terminar no homem ariano, passando como por etapas, pelos *gastreaes*, pelo *acrania*, pelos *promammalia*, pelos *anthropoides*? –de reconstruir, ao menos em imaginação, as fôrmas exquisitas e gigantescas dos saurios da epokha jurassica? Conhecerão eles as affinidades glotticas, o parentesco das linguas que é o das idéas, e por conseguinte dos homens!

Não os horrorisará a indistincção absoluta do bem e do mal? Encararão sem tremer as bases novas em que se tem collocado a moral? admittirão os ensinamentos e as doutrinas criminaes de Luys, de Bastian, de Maudsley, de Lombroso? (RIBEIRO, 2007, p. 25-26)

Na verdade, na lista acima, mais do que conhecimentos que é preciso ter, Júlio Ribeiro descreve as atividades que é preciso saber realizar para ser cientificamente preparado. Entre essas atividades, aparece o conhecimento das afinidades glóticas, do parentesco das línguas. No seguimento do texto, encontramos o francês, o inglês (pela referência a Buckle) e o latim (pela referência a César e a Tibullo) como línguas que compõem os estudos clássicos, além da apresentação de uma lista de autores que constituem o conhecimento aprofundado do português:

Em terreno classico não pizam com mais firmeza: nenhum delles pode sustentar uma conversação em francez decente, lêr sem dicionario uma pagina de Buckle, traduzir á primeira vista um capitulo de Cesar ou uma elegia de Tibullo.

Portuguez, conhecem, mas não profundamente: Barros, Couto, Frei Luiz de Souza, Frei Antonio das Chagas Lucena, Mendes Pinto, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Ferreira, Côrte-Real, são tão privados, tão conhecidos de S.S. Ex.^{as}, como Valmiki, como Kroswitha, como o padre Tostado. (RIBEIRO, 2007, p. 26-27)

Não são apenas os dois deputados que estão despreparados, mas todos os políticos do parlamento: “Não. Scientificamente, classicamente, os dous deputados não estão mais preparados do que seus collegas de parlamento” (RIBEIRO, 2007, p. 27). E não são apenas os políticos que estão despreparados, mas os bacharéis brasileiros: “E’ um engano doce e ledo consideral-os acima da craveira commum dos bachaereis brasileiros” (Ibid, p. 27). Além disso, uma instituição como a Academia de São Paulo aparece como um “polypeiro de metaphisica e pedantismo insolente”. Para Júlio Ribeiro, também uma parte da imprensa, especialmente o jornal *Província de São Paulo*, “synthese perfeita das idéas dos republicanos paulistas”, não está cientificamente preparada (Ibidem, p. 54). Dessa forma, é toda a sociedade brasileira que está cientificamente despreparada para Júlio Ribeiro.

Essas posições, como já havíamos assinalado, vão levar Júlio Ribeiro a uma polêmica com Alberto Sales, que, sob o pseudônimo de Demócrito, vai escrever no jornal *A Província de São Paulo* um conjunto de longas cartas que questionam o preparo científico de Júlio Ribeiro e o acusam de plágio.

2 O caráter da universidade da educação, a importância dos estudos clássicos e o modelo de organização das ciências para Alberto Sales

Logo na sua primeira carta, de 8 de março de 1885, Demócrito, ou melhor Alberto Sales, afirma que Júlio Ribeiro cai em contradição na listagem que faz dos conhecimentos que um homem deve ter para ser considerado cientificamente preparado e na defesa de que esses conhecimentos constituiriam a educação moderna e, portanto, seriam base para a reorganização social. Alberto Sales fala em contradição, mas a acusação é, na verdade, de plágio do pensamento de Augusto Comte, pois ele expõe ter ficado mais certo “de semelhante contradição quando me lembrei que aquelle aphorismo, apesar de vir desacompanhado de aspas e sem a minima referencia, pertence inteiro a um dos maiores vultos de nosso seculo”, a quem Júlio Ribeiro “evidentemente pedio emprestado mas não quiz confessar ao publico visto como v. s., sómente escreve para sua alta recreação e para satisfazer sua actividade propria”. Para Alberto Sales, todo “aquelle, porém, que conhecer um pouco o famoso curso de philosophia positiva de Augusto Comte ha de naturalmente se recordar de lá ter encontrado na licção quinquagesima setima este mesmo aphorismo enunciado exactamente nos mesmos termos, como o encontrou sem duvida v. s. n'estas proprias palavras”, ressaltando que Júlio Ribeiro, porém, “não se julgou obrigado a declinar o nome do eminente philosopho, naturalmente porque *escreve por civismo, e na campanha que emprehende serve lhe uma arma terrivel, brutal como o aço, mas forte comme elle – a sinceridade*”.

Além da acusação de plágio, há também por parte de Alberto Sales uma discordância com Júlio Ribeiro quanto à interpretação que se deve dar às ideias de Augusto Comte. Assim, ele defende que Augusto Comte “quando exigio para base da reorganisação social a universalidade dos conhecimentos, quiz antes de tudo fazer prevalecer na destribuição do saber humano positivo o ponto de vista do conjuncto”, de forma a sustentar que “o pensamento tem uma disciplina inevitavel e salutar, que consiste na *generalisação*” e, portanto, que é “espírito de *systema* que domina a universalidade da educação”.

Falando sobre a ascensão da anarquia intelectual e moral com o desaparecimento do regime católico feudal, Alberto Sales argumenta que a “*metaphysica*

revolucionaria, em sua obra puramente negativamente de demolição, provocou de tal modo a dispersão das idéas e dos sentimentos e abalou por tal forma as sociedades, tanto em suas bases temporaes, com em sus bases espirituas, que a unidade na vida social desapareceu, para dar logar a mais tremenda anarchia que se tem conhecido”, dando início a uma “épochas da especialização em todas as espheras da actvidade humana”. Há aí um lamento de Alberto Sales, que alega que foi justamente para “pôr um paradeiro a essa terrível anarchia moral e intellectual, cujos effeitos até hoje ainda se fazem sentir de uma maneira extremamente perniciosas” que Augusto Comte “concebeu a reorganização do poder espiritual, entregando-lhe a importante função da educação, que deverá, por isso mesmo, se caracterisar pela sua universalidade”, único meio de “combater a indisciplina mental, pôr um termo a época da especialização e conseguir fazer prevalecer o *ponto de vista de conjuncto* nos dominios do pensamento”.

O que está em debate é o caráter da universalidade da educação e o modelo de organização das ciências. De acordo com Alberto Sales, para Augusto Comte, a universalidade como base da reorganização social “consiste na *distribuição systhematica e methodica do ensino*, de accordo com a propria lei de organização do saber humano positivo, segundo a ordem da generalidade decrescente e da complexidade crescente dos phenomenos, isto é segundo a sua celebre e inabalavel gerarchia scientifica, que, começando pela matemhatica, termina na sociologia”. Para Alberto Sales, a organização da educação positiva é antes de tudo uma questão de método, uma questão de sistema, e não de quantidade, como seria, erroneamente, apresentado por Júlio Ribeiro. A crítica, portanto, é de que Júlio Ribeiro interpreta como uma questão de quantidade, de completude, aquilo que para a filosofia positivista de Augusto Comte é uma questão de método, de sistema.

“Não é com ensino de noções de *todos os ramos dos conhecimentos humanos indistinctamente* que se obtem uma educação universal, de harmonia com a generalisação do pensamento e caracterisada pelo seu ponto de visto de conjuncto”, sustenta Alberto Sales, que ensina que o próprio Augusto Comte evitou o equívoco em que Júlio Ribeiro teria caído “quando fez a distincção entre a theoria e a pratica, entre os conhecimentos abstractos e os conhecimentos concretos”. Tudo isso leva Alberto Sales a concluir que há “muita cousa que não se precisa saber

nem estudar para se ter, entretanto, conforme a opinião do eminente reformador, uma educação universal”, ideia que Júlio Ribeiro não teria querido entender muito embora tivesse utilizado o aforismo de Augusto Comte. Para reforçar sua interpretação, Alberto Sales recorre ao nome de Herbert Spencer, tomado como “o maior gigante talvez do pensamento moderno”, afirmando que, apesar de mostrar certa rebeldia ao sistema filosófico de Augusto Comte, Herbert Spencer confirma plenamente a sua opinião na questão da educação:

Sciencia e erudição, diz Spencer, não variam na mesma proporção. Ainda que sem dados não seja possível a generalização, contudo muitos dados acumulados em excesso e indistinctamente são um obstaculo a generalização. Quando os conhecimentos de um homem não estão em ordem, quanto maior fôr a sua erudição tanto maior será a confusão de seu pensamento. Um individuo pode tornar-se um verdadeiro Daniel Lambert de erudição e entretanto conservar-se inteiramente imprestavel, tanto para si mesmo, como para os outros.

Não se contesta a ideia da educação universal como base de uma nova ordem social, de forma que Alberto Sales chega mesmo a defender que ela deve ser requerida “para o fim de fazer prevalecer em toda a parte, entre os povos continuadores da civilização occidental, um *systema commum* de idéas e de opiniões, capaz de estabelecer a ordem e a harmonia no desenvolvimento de todas as esferas da actividade humana”.

Alberto Sales fala, inclusive, em “accordo previo das intelligencias por uma genaralização systemica e disciplinar do pensamento”, sem o qual não haveria “tentativa alguma de reorganisação social que offereça garantias de estabilidade e permanencia”. A questão, mais uma vez, é a de um modo de organização da educação que não considere simplesmente a quantidade, posição apontada como sendo a de Júlio Ribeiro. Para Alberto Sales, “essa unidade, essa convergencia admiravel e espontanea das consciencias para um *systema commum* de idéas e de opiniões” não será alcançada “organizando-se uma educação que na distribuição do ensino procure divulgar *indistictamente* noções de todos os ramos dos conhecimentos humanos”, mas, ao contrário, “pela divulgação *methodica* do conhecimento das leis que regem as diferentes *cathegorias* de *phenomenos*, desde a *mathematica* até a

sociologia”, pois, segundo explica, somente “neste terreno elevado da abstracção, pela interdependencia natural das sciencias fundamentaes, será possível a realisação da harmonia e da solidariedade nos dominios do pensamento”, uma vez que as “sciencias concretas, conseguintemente, ou as sciencias de applicação, nada tem que ver com a universalidade da educação positiva”.

Na distinção entre ciências fundamentais e ciências concretas, Alberto Sales defende que a divisão do trabalho intelectual é uma condição indispensável para o progresso das ciências, argumentando que Júlio Ribeiro não pode ignorar que “a extensão indefinida d’esse principio, trazendo com consequencia inevitavel uma especialização exagerada, transforma-o por isso mesmo em uma fonte poderosa de embaraços ao desenvolvimento normal da actividade scientifica”.

Um outro ponto de discordância com Júlio Ribeiro é o da importância dos estudos clássicos, tema tratado por Alberto Sales na terceira carta que escreve na *Provincia de São Paulo*. Como se denunciasses um erro de Júlio Ribeiro em classificar o inglês no grupo das línguas clássicas, Alberto Sales começa seu texto ressaltando que esse idioma “é uma lingua moderna de frequente applicação nas condições actuaes da vida social” quanto retoma a crítica de Júlio Ribeiro de que os deputados republicanos seriam incapazes de traduzir o inglês.

Em relação ao modelo de educação e de ciência defendido e aos assuntos considerados importantes para uma formação que favoreça o progresso do país, Alberto Sales condena o “grande attentado scientiffico e philosophico” de Júlio Ribeiro de, na organização do seu plano de educação, excluir a trigonometria, a geometria analítica e o cálculo, “poderosos instrumentos da analyse mathematica, indispensaveis ao estudo da astronomia, da physica e da mechanica, e absolutamente necessarios a muitos ramos da educação especial”.

O interessante a notar é a sugestão de que a linguística não mereceria figurar entre os conhecimentos de um homem cientificamente preparado, ocupando indevidamente um lugar deveria ser da economia política, pois Alberto Sales narra que Júlio Ribeiro explica que “o homem scientificamente preparado, além de passar successivamente por toda aquella sua nomenclatura, da qual se acham *arbitrariamente excluida a economia politica*, quando entretanto alli vem *especializada* a linguistica, deve tambem ter estudos classicos e solidos”. Não se pode perder

de vista o fato de que tal posição é defendida por alguém que não tem por ofício o estudo da linguagem, o que de certa maneira mostra a fraca presença e pouca importância da linguística para um público mais amplo.

Alberto Sales afirma que a importância dos estudos clássicos é, na verdade, “uma banalidade, que tem sido repudiada pelas primeiras autoridades em matéria de educação”, um elemento que tem envenenado a França como exclama um dos publicistas daquele país e “que rouba inutilmente o tempo à mocidade, esterilizando a sua inteligência” quando, numa afirmação creditada ao francês Ernest Legouvé, “tantos objectos maravilhosos e uteis solicitam nossa curiosidade e reclamam o esforço de nossa inteligência, quando todos os povos nos abrem seus annaes, quando a vida do passado e a vida do presente desdobram-se a nossos olhos debaixo de tantas fórmulas, quando a natureza levanta um a um todos os seus vens diante das investigações da sciencia”.

Numa asserção que diz ser a de Michel Bréal, Alberto Sales coloca que a educação clássica, “na preocupação exclusiva da forma”, “se transforma em uma fonte de perigo para o espirito e para o senso moral da nação”. Alexandre Bain é outro nome chamado por Alberto Sales para contestar o valor dos estudos clássicos e afirmar, por exemplo, que “não ha um só facto, um só principio das sciencias phisicas ou moraes que não se ache expresso de uma maneira completa em todas as linguas modernas” ou então que “em vez de procurar o sentido da palavra original em latim, vale mais a pena apprendel-o em sua propria lingua”. No julgamento de Alberto Sales, a opinião de Alexandre Bain sobre a utilidade do estudo do grego e do latim é mais valiosa do que a de Garrett, “*apesar de sua reconhecida competencia scientifica, em assumptos de linguistica e de classismo*”.

Retornando, na sua quarta carta, sobre a acusação de Júlio Ribeiro de que os deputados de São Paulo não são cientificamente preparados, Alberto Sales pergunta então qual o valor de um parlamentar que possuísse boas noções de todas aquelas ciências enumeradas por Júlio Ribeiro se “não tivesse uma inteligência bem disciplinada por um solido criterio scientifico e philosophico”, questionando assim a eficácia de encher os parlamentos de engenheiros, de médicos e de industriais para o combate dos males sociais.

Nas suas palavras, “a questão é de mais qualidade do que de quantidade, a questão e de ponderação e de critério”, momento em que cita Spencer na afirmação de que “para regular com successo a marcha da sociedade, é preciso conhecer-se a sua estructura, os principios segundo os quaes ella se acha organizada e as leis naturaes de que dependem os seus progressos”, “é preciso estar devidamente familiarizado com a sciencia social”. Dessa forma, para Alberto Sales, o que Júlio Ribeiro deveria ter feito era justamente “provar que os deputados republicanos, pelas suas concepções politicas, não estão na altura das grandes questões que agitam actualmente a sociedade brasileira; que não comprehendem o problema politico, tal como se apresenta em nossa sociedade; que desconhecem os grandes processos scientificos para a soluções dos problemas sociaes; que ignoram o passado de nossas instituições e que não sabem interpretar devidamente a fórmula que estão prestes a tomar”.

Alberto Sales sentencia que Júlio Ribeiro, “apezar de ser barulhentemente apregoado pelos seus admiradores como um verdadeiro Padre Eterno de sabedoria e sciencia”, “não possui absolutamente conhecimento algum d’aquillo que escreve”, que “apezar de ter copiado um aphorismo de Augusto, não o comprehendeu”, que “não comprehende tambem o verdadeiro problema da educação moderna”, que “ignora inteiramente a mathematica, pois que um mathematico nunca se lembraria de exigir o estudo da mechanica sem o calculo, ou o estudo da geodesia sem a trigonometria”, e que “ignora até o que seja uma educação classica e torna-se por isso mesmo um repetidor inconsciente de banalidades que já tiveram o seu tempo”.

3 A caracterização de plágio por Alberto Sales na obra de Júlio Ribeiro

A partir de sua sexta carta, Alberto Sales vai reforçar a acusação de plágio, denunciando a “má fé habitual em assumptos litterarios” de Júlio Ribeiro na afirmação de ser sua a exposição que apresenta nos *Traços Geraes de Linguistica*:

Não ha duvida que v. s. mesmo declarou se simples engarrafador de vinhos alheis; mas não se esqueceu tambem de acrescentar : -«*verdade é que é minha a exposição.*» E' aqui que se descobre a sua má fé habitual em assumptos litterarios. Pois o que é *expor*? Eu não sou philologo e pouco entendo mesmo d'essas questões; mas, a dar credito ao que encontro nos dictionarios, me parece que *expor* quer

dizer: *–explicar, desenvolver, explanar, interpretar*. Expor uma doutrina vem a ser, portanto, explicar, desenvolver, explanar, interpretar essa doutrina; conseguintemente, *quem expõe não copia*. Si v. s., porém, apesar de dizer que a exposição é sua, copia servilmente, e si copia sem citar o nome do autor, sem fazer a minima referência, sem acompanhar a passagem copiada de aspas, é porque procede de má fé, com o unico intuito de fazer passar por seu aquillo que foi escripto por outro. V. s., portanto, não é simplesmente um engarrafador de vinhos alheios: é tambem engarrafador de má fé.

O plágio estaria caracterizado pela não citação do nome do autor de referência e pelo não uso de aspas que indicassem as passagens copiadas. Com esse argumento, Alberto Sales vai demonstrar que Júlio Ribeiro plagiou a definição de linguística de Hovelacque:

Ainda na *introdução*, definindo a linguística, diz v. s. : *–«linguística é o ramo da sociologia que tem por fim o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das fôrmas diversas que podem tomar esses elementos.»* Abel Hovelacque, em sua interessante obra *–A linguística–* terceira edição, assim se exprime a pagina 4: *–«A linguística póde ser definida: –o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das fôrmas diversas que tomam ou podem tomar esses elementos».* Será sua esta exposição? Será sua esta definição? Quem foi que copiou? Foi v. s. que copiou Abel Hovelacque ou foi Abel Hovelacque que copiou de v. s.? Quem lêr os seus *–Traços geraes–* é capaz de jurar que aquella definição é sua, pelo modo porque ella vem *exposta*, mas tambem quem lêr *–A linguística–* é capaz de jurar que ella pertence a Abel Hovelacque. E como v. s. *nem ao menos no prologo do seu livrinho cita o nome d'este escriptor*, parece que v. s. nem o conhece ou que não o leu: razão ainda mais para argumentar o meu embaraço, a minha duvida.

Na sequência, Alberto Sales compara uma passagem sobre a sede da linguagem na obra de Júlio Ribeiro e na de Hovelacque para mostrar que também nesse ponto houve plágio:

Mas, vamos adiante. No capítulo primeiro, em que v. s. trata da sede da linguagem articulada, lê se o seguinte:

«O exercicio da linguagem articulada está subordinado á integridade de uma parte mui circumscripita dos hemisferios cerebraes, e mais especialmente do hemisferio

esquerdo. Essa parte está situada na margem superior da *scissura* de *Sylvius*, em frente á *insula de Rheil*, e occupa sómente a metade ou antes o terço posterior da terceira circumvolução frontal. Tal localização foi demonstrada pela autopsia dos aphasicos. N'essa autopsia, com effeito, descobre-se sempre – uma lesão evidentissima da metade posterior da terceira circumvolução frontal esquerda ou direita – quasi invariavelmente, dezenove vezes em vinte, da circumvolução frontal esquerda. Uma lesão grave da circumvolução direita deixa muitas vezes persistir o uso da falla, mas – nunca se viu persistir o uso da linguagem articulada nos individuos que apresentaram na autopsia uma lesão profunda das duas circumvoluções, alludidas. A estas conclusões da sciencia deduzidas dos factos relatados nos boletins das sociedades de anatomia, de cirurgia, de anthropologia do mundo civilisado nada ha a accrescentar. Todavia resta ainda uma questão interessantissima: saber por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de modo muito mais particular de uma circumvolução do hemispherio cerebral esquerdo, de preferencia a depender da circumvolução paralllela do hemispherio direito, si bem que não pareça serem fundamentalmente differentes as funcções de um e de outro hemispherio. Vem esta facto curioso de terem em geral as circumvoluções do hemispherio esquerdo desenvolvimento mais precoce do que o das circumvoluções do hemispherio direito. As primeiras, diz o sr. Broca já se acham desenhadas, quando, as segundas ainda não são apparentes.»

Segue-me immediatamente a citação de Broca, com a qual v. s. conclue este capitulo. Pois bem. Na obra já citada de Abel Hovelacque, a paginas 29, lê-se o seguinte: «O exercicio da faculdade da linguagem articulada está subordinado «á integridade de uma parte muito circumscripita dos hemispherios cerebraes e mais especialmente do hemispherio esquerdo. Esta parte está situada na margem superior da *scissura* de *Sylvius*, em frente á *insula* de *Rheil* e occupa a metade posterior, provavelmente mesmo o terço posterior sómente da terceira circumvolução frontal.» N'esta autopsia, com effeito, descobre-se constantemente «uma lesão evidentissima da metade posterior da terceira circumvoluções frontal esquerda ou direita», quasi sempre, desenove vezes sobre vinte, da circumvolução do lado esquerdo. Uma lesão grave da circumvolução direita tem muitas vezes deixado persistir o uso da palavra, mas «nunca se viu persistir a faculdade da linguagem articulada nos individuos que tem apresentado na autopsia uma lesão profunda das duas circumvolução em questão.» Todavia, uma questao interessante se levante: é a de saber por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de uma fôrma muito mais particular de uma circumvolução do hemispherio direito, si bem que as funcções de um e de outro hemispherio não pareçam ser fundamentalmente differentes. Este facto curioso resulta de terem

as circumvoluções do hemispherio esquerdo um desenvolvimento em geral mais rapido que o das circumvoluções do hemispherio direito. As primeiras se acham já desenhadas, como diz o sr. Broca quando as outroas ainda não são apparentes.»

Alberto Sales se diz admirado pelo fato de que o próprio Hovelacque citou os autores e os lugares de onde tirou os trechos que utilizou em sua obra, além de colocá-los entre aspas, ao passo que Júlio Ribeiro “apresenta tudo como seu”. Para Alberto Sales, assim como Júlio Ribeiro indica ser o capítulo nono dos *Traços* uma tradução do artigo de Lefèvre, ele deveria também ter posto nota no primeiro capítulo para dizer que era uma tradução de Hovelacque. Alberto Sales apresenta outros trechos do livro de Júlio Ribeiro que, por não virem acompanhados de aspas e não apresentaram qualquer referência, seriam cópias de outros autores, no caso, mais uma vez de Hovelacque:

Realmente, v. s. é habil, é habilissimo. Veja se, por exemplo, com que *ligeiresa* escreveu v. s. este periodo : –«nada de indicação de genero, de numero, de pessoa; nada de determinação de tempo ou de modo; nada de elementos de relação; nada de preposições; nada de conjuncções: cada palavra-raiz ou antes cada raiz-palavra designa uma idéa cujo valor, cujo sentido preciso é determinado pela sua posição na phrase.» (*Traços geraes de linguistica*, pag. 36). Este periodo, como de costume, não vem acompanhado de aspas, nem de referencia alguma. Está alli como seu. Em Abel Hovelacque, porém, encontra-se tambem o seguinte: –«estas raizes-palavras ou estas palavras-raizes não designam sinão uma idéa essencialmente geral. Nada de indicação de pessoa, de genero, de numero; nada de indicação de temo, de modo; nada de elementos de relação; nada de conjuncções.» (*La linguistique*, pag. 39).

Argumentando que poderia fornecer muitos outros exemplos da “extrema habilidade na confecção de *obras ligeiras*” por parte de Júlio Ribeiro, mas que isso seria trabalhoso uma vez que seria obrigado a “transcrever quasi que inteirinhas as 117 paginas de seu livrinho”, Alberto Sales se propõe a demonstrar que o mérito de Júlio Ribeiro como filólogo é tão injustificado quanto o seu mérito como linguista, passando então a mostrar casos de plágio também na *Grammatica Portugueza*:

Demonstrado assim á saciedade quão desrrazoadas, quão injustificaveis, quão inanes são as thuriferações estrepitosas ao se merito pessoal, como linguista, passo a

considerar a segunda face da questão, isto é, passo a demonstrar que igualmente desarrazoadas, igualmente injustificáveis, igualmente inanes são essas thuriferações ao seu merito pessoa, como philologo. Deixo, pois, de parte a sua *obra ligeira* e vou entrar na analyse ou antes vou applicar o mesmo processo de dissecação a sua *obra de folego*, a sua grammatica. Sei que toco no seu maior melindre litterario e scientifico; mas nem por isso devo recuar. Para rectificar os factos, para arrancar dos hombros da verdade o manto de lantejoulas que lhe encobre a formosissima nudez, não ha remedio sinão fazer alguém de desmancha prazeres. Tomei a mim essa tarefa. Vou coltejal-o com Holmes, professor da Universidade de Virginia, e tomo para materia do cotejo a syntaxe.

Numa longa passagem, Alberto Sales compara trechos da gramática de Júlio Ribeiro com a de Holmes para mostrar como o primeiro plagiou esse último:

§-326. Sentença é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: *as abelhas fazem mel*. (Julio Ribeiro.)

§-348. A sentence is a combination of words, or a single word, conveying a complete sense, as : *the bees make honoy*. (Holmes.)

§-327. Relativamente á sua significação as sentenças são declarativas, imperativas, condicionaes, interrogativas e exclamaticas. (Julio Ribeiro.)

§-353. Sentences, in respect to their meaning, or purport, may be divided into five classes—declarative, imperative, conditional, interrogative and explanatory. (Holmes)

§-328. Sentença declarativa é a que declara ou asservera uma cousa, ex.: *-o dia está quente*. (Julio Ribeiro)

§-354. A declarative sentence is one that declares or asserts something, as: *-the day is warm*. (Holmes.)

Em seguida áquelle mesmo paragrapho faz v. s. a divisão das sentenças declarativas em affirmativas e negativas, e acrescenta a seguinte observação:

«Estes dous generos de sentenças são identicos em fórmula e construção grammatical, com quanto directamente oppostos em significação. Para converter se uma sentença affirmativa em negativa basta ajuntar-se lhe o adverbio não; e vice-versa, para converter-se uma sentença negativa em affirmativa é sufficiente a subtracção do mesmo adverbio.»

Holmes faz a mesma divisão e observa:

«These two kinds of sentences are the same in grammatical form and construction, though directly opposed in signification. The addition of the negative adverb *not* converts an affirmative into a negative sentence.»

§- 329. Sentença imperativa é aquella por meio da qual se ordena, se requer, ou se pede que se faça alguma cousa. Seu característico é o uso do verbo no modo imperativo. ex.: *traze fogo*. (Julio Ribeiro.)

§-355. An imperative sentence is one which commands, requests, entreats, it is characterized by the use of the verb in the imperative modd, as: *-bring me pen*. (Holmes.)

§-330. Sentença condicional é a que assevera uma cousa mediante uma condição, ex.: *-Pedro, si fôr avisado, escapará da cilada*, (Julio Ribeiro.)

§-356. A conditional sentence is one in which a conditional is expressed, as: *-had you reflected, you would have acted differently*. (Holmes.)

§-334. Sentença interrogativa é a que se emprega para fazer perguntas, ex.: *está chovendo?* (Julio Ribeiro.)

§-357. An interrogative sentence is one employed in asking questions, as: *-is the sun warm ?* (Holmes)

§-322. Sentença exclamativa é a que exprime um sentimento, opinião relativa, asseverada ou por asseverar. ex.: *-que guerra vai haver!* As sentenças exclamativas são desconexas relativamente ao discurso em que ocorrem, e podem ser consideradas como phrases interjeccionaes. (Julio Ribeiro.)

§-358. An exclamatory sentence is one which expresses a feeling or opinion in regard to something stated or to be stated, as: *-how wonderful is man!* Explanatory sentences are disconnected in construction from the discourse in whiche they occur, and may be regarded as interjectional phrases. (Holmes.)

4 A maneira como Júlio Ribeiro avalia a composição de seus textos e o emprego de referências de autores estrangeiros na defesa das acusações de plágio

A resposta a Alberto Sales virá em duas das *Cartas Sertanejas* de Júlio Ribeiro. Na primeira, de 7 de abril de 1885, Júlio Ribeiro vai responder as acusações de “ignorância em materias de philosophia”. Na segunda, de 12 de abril, ele vai responder as acusações de “plagiato litterario”. Listando detalhadamente em dezesseis pontos cada um dos ataques de Alberto Sales, Júlio Ribeiro passa a responder uma a uma as acusações de ignorância em matéria de filosofia. Nesse intento, ele não vai

recuar nas posições defendidas, sendo quase sempre a sua estratégia a transcrição de autores como Pichard, Comte, Lefèvre, Littré, Guardia, Whitney e Bréal para reforçar as suas ideias anteriormente apresentadas. Por isso mesmo, vamos nos concentrar antes na sua resposta às acusações de plágio, que nos dão pistas importantes sobre a maneira como Júlio Ribeiro compõe e avalia seus textos. No entanto, desse primeiro lote de respostas, talvez seja interessar notar, por exemplo, a declaração de Júlio Ribeiro de que ele não se põe como escoliasta de Comte, afirmando, em primeira pessoa, que “em materia de positivismo eu nem sequer sou dissidente, quanto mais ortodoxo!” (RIBEIRO, 2007, p. 68), ou então a explicação de que ele segue a nomenclatura de Lefèvre.

Júlio Ribeiro organiza em oito pontos as acusações de “plágio litterario” de Alberto Sales. O primeiro diz respeito ao fato de ele ter feito passar por suas páginas copiadas de Pichard e Hovelacque nos *Traços Geraes de Linguistica*, ao que responde que tomou efetivamente vários trechos dos dois autores, mas recusa que os tenha feito passar por seus:

Que eu tomei de Pichard e de Hovelacque varios trechos que figuram no livrinho é uma verdade; que eu os quizesse fazer passar por meus, é uma calúnia.

Eu disse no *prologo*: «Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas *algumas* das investigações nelle exaradas, que é minha *a exposição*; a maior e melhor parte, «porém, *não me pertence: pertence aos mestres, cujos ensinamentos repeti*, CUJAS PALAVRAS POR VEZES TRASLADEI LITTERALMENTE.»

Ora quem diz «a maior e melhor parte da obra *não lhe pertence*, mas *sim aos mestres*, cujos ensinamentos *repetiu*»; quem com hombridade confessa que «TRASLA-DOU *por vezes* LITTERALMENTE palavras *alheias*», não quer attribuir-se a gloria que taes ensinamentos, de taes palavras possa resultar; não é um plagiario. [...]

Assim pois quando eu disse que era minha *a exposição*, tive em mente, segundo o sentido proprio restricto, das palavras empregadas, declarar ter sido eu *quem reunira em portatil livrinho*, para apresentar ao leitor brasileiro, *ensinamentos, doutrinas* de varios mestres estrangeiros esparsos em diversas obras.

E o não citar Hovelacque em Pichard na lista que vem no *prologo* dos *Traços Geraes de Linguistica* nada importa: aquella lista não é de todos os auctores cujas

palavras eu traslaei; é dos auctores *a consultar* por quem quer conseguir um conhecimento cabal da materia. (RIBEIRO, 2007, p. 89-91)

Na resposta, Júlio Ribeiro descreve o seu trabalho como uma reunião de ensinamentos e doutrinas de mestres estrangeiros espalhados em diversas obras. É por ser um trabalho de reunião, feito em benefício do leitor brasileiro, que Júlio Ribeiro acabaria por repetir as ideias dos autores estrangeiros, sem deixar de acrescentar algumas investigações de sua própria autoria. Assim, os sentidos do verbo *expor* são direcionados por Júlio Ribeiro para a ação de *reunir*, que, por sua vez, explicaria e justificaria o procedimento de *repetir*, combatendo por fim a acusação de *copiar*. No mais, a ausência de citação dos nomes de Pichard e Hovelacque parece se justificar por uma distinção entre autores *consultados* (por Júlio Ribeiro) e autores *a consultar* (para o leitor que procura um conhecimento cabal da linguística). No entanto, segundo esse critério, aqueles dois autores, na medida em que não são listados por Júlio Ribeiro no seu prólogo, acabam por ficar fora da lista de nomes recomendados para o estudo da linguística. De outra perspectiva, eles acabam também significados como reservados a um especialista, como Júlio Ribeiro, mas como não recomendados a um público mais amplo.

No segundo ponto, Júlio Ribeiro responde à acusação de Demócrito de que muitas definições e exemplos da sua *Grammatica Portugueza* são traduzidos de Holmes, sem que ele tenha todavia mencionado *uma unica vez* o nome desse escritor:

Parece bem fundada esta accusação de Democrito, e, para dar-lhe cabal resposta, preciso é que eu me alongue um pouco mais que de costume.

O plano de escrever uma grammatica portugueza vasada em moldes inglezes, concebi-o eu ha mais de vinte annos, no dia em que li o seguinte trecho de Garret: «Já que não temos em Portuguez um só livro de Grammatica com senso commum, pediria aos nossos mestres e mentores que lessem e estudassem a insigne e trascendente obra do americano Lindley Murray, cuja applicação do Inglez para qualquer das linguas do occidente não é mui difficil. Ella não é certamente applicavel em tudo e por tudo á nossa lingua, mas em muitas cousas o é: e, quando só em poucas se faça, sempre ha de ser incalculavel o proveito.»

Desse dia em diante foi sempre plano meu fazer applicação da grammaticologia ingleza á lingua portugueza: nesse intuito, como, com o volver de tantos annos,

se tivesse antiquado a obra de Murray, li dezenas de outras grammaticas inglezas, até que por conselho do me sabio amigo Rev. G. N. Morton decidi a tomar como guia a grammatica de Holmes, adoptada no *Collegio Internacional de Campinas*. Pelo que diz respeito ás definições da lexeologia, tomei-as eu quasi todas da *Grammatica Geral* do philologo belga Burgraff. Mason forneceu-me a maneira de analysar os elementos da sentença, de combinal-os, de pôl-os em construcção. Uma cousa mais que Democrito não sabe: o tractado de pontuação é tirado da *Lexiologie des Ecoles*, de Larousse.

De tudo isso eu nunca fiz mysterio: aos meus collegas e amigos communiquei sempre lealmente as fontes donde hauria os meus materiaes. A alguns, como por exemplo o dr. João Kopke, pedi observações de critica, e emprestei, para confronto e explanação do que eu dizia, além de outras, as grammaticas de Mason, de Whitney, de Murray, de Bullions, e até a conhecidissima de Holmes.

Porque então não declarei eu no prologo tudo isto?

Por uma razão muito simples: minha grammatica não tem prologo. Mas, que tirei eu, finalmente, de Holmes, de Mason, de Burgraff?

A parte metaphysica, a parte dialectica, aquillo que eu não podia inventar, mesmo porque já estava inventado.

A este respeito desde Appollonio Dyscollo, desde Aristoteles, estão os grammaticos a repetirem-se: suas obras, em divisões e definições, têm sido sempre parodias umas de outras.

Demais esta parte metaphysica, dialectica, si fôr eliminada de uma grammatica scientifica não faz muita falta: Guadia na *Grammaire Grecque*, Guardia et Wierzeyski na *Grammaire Latine*, Diez na *Grammatica das Linguas Romanicas*, Bopp na *Grammatica das Linguas Indo-Europêas*, Caix de Saint Aymour, cem outros grammaticographos, têm-se completamente abstinido de taes noções, e nem por isso suas obras deixam de ser o que são: *-text-books* de grammaticologia.

Si tudo o que tomei eu de Mason, de Holmes, de Burgraff, fosse expungido de meu livro, ainda elle seria o que é, —uma boa grammatica portugueza.

Em repetir o que não póde deixar de ser repetido não ha plagio litterario: repetindo Holmes, que repetiu Murray, que repetiu cem outros, eu não plagiei. Eu não podia arrombar portas abertas.

Quer saber Democrito o que ha de *meu* na minha grammatica?

Força-me a ser immodesto: sel-o-ei.

Ha a divisão grammatical synthetisada na arvore synoptica, divisão de merito verdadeiro, divisão que *se não encontra em obra nenhuma*, que é *minha*, só *minha*, exclusivamente *minha*;— ha a phonetica e a prosodia portugueza aprofundadas,

desenvolvidas, elucidadas como o nunca tinham sido antes; –ha uma analyse minuciosa das fórmãs, dos accidentes morphicos das palavras, analyse elogiada até-pelo romanista que se me accusa de não ter exhibido.

Na etymologia, sim, achei desbravado o terreno: segui a Diez e a Brachet, a Coelho e a Braga. Fui sectario fiel, paciente, consciencioso, e, uma ou outra vez, *completador*.

A minha syntaxe não offerece tantas innovações como a lexeologia, e nem poderia offerecer, salvo si me mettesse eu a forgar preceitos para absolver sandices como «*Aquella nomenclatura foi que LHE enterrou.*»

O methodo do syntaceologo é não deixar passar observação alguma de predecessor. Esse merito, eu o tive: e tive tambem o de enriquecer o peculio vernaculo com varias regras minhas sobre os usos dos classicos.

Si meu trabalho não tivesse valor real, si fosse um labor mediocre, si constituise um livro meramente bom, não teria sido louvado por Lefèvre e por Barbosa; não teria sido classificado como *superior* por Capistrano de Abreu; não teria sido collocado acima de todas as grammaticas portuguezas por Theophilo Braga e pelo conselheiro Viale.

Na opinião de Democrito é meu livro uma manta de retalhos, roubados a diversos escriptores estrangeiros!

Uma grammatica *portugueza* plagiada de grammatica *inglezas!*
Stultorum numerus est infinitus...

Diz Democrito que eu não mencionei *uma unica vez* o nome de Holmes; que copiei- lhe litteralmente as definições, sem ter a *benevolencia*, a *probidade* de cital-o em minha obra de folego.

Tive a pouco de ser immodesto por amor da justiça; por amor da sinceridade tenho agora de ser impolido.

Democrito MENTE.

Holmes está citado a pag. 68 da minha *Grammatica Portugueza*. (RIBEIRO, 2007, p. 92-98)

Narrando a história de sua gramática segundo o seu percurso institucional e o seu roteiro de leituras, Júlio Ribeiro mobiliza a própria história de elaboração do conhecimento gramatical para responder a uma acusação de plágio que tem como critério a obrigatoriedade da menção explícita da fonte. Seu argumento é de que é próprio de uma gramática a repetição de divisões e definições, de procedimentos e conhecimentos diríamos, elementos que são passados ao longo de séculos de um gramático a outro. Com essa análise, colocando-se ora posição de desbravador, ora

na de completador, Júlio Ribeiro delimita então aquilo que seria de sua própria autoria: uma árvore sinóptica que sintetiza a divisão das partes da gramática, um nível aprofundado do estudo da fonética e da prosódia do português, uma análise minuciosa das formas e acidentes das palavras.

Além de marcar as várias referências usadas na composição de sua gramática, mencionando também as críticas favoráveis de autores brasileiros, portugueses e franceses para atestar o valor de seu trabalho, Júlio Ribeiro aponta um espaço da falta nos estudos gramaticais de língua portuguesa, significado pela ausência de trabalhos que seguissem a gramaticologia inglesa, espaço que seria preenchido pelo próprio Júlio Ribeiro pelo emprego de referências como Mason, Whitney, Murray e Holmes. Nesse serviço, Júlio Ribeiro reivindica o mérito de ter enriquecido os estudos de português com várias regras sobre o uso dos clássicos.

No terceiro ponto, Júlio Ribeiro responde à acusação de que tomou de Whitney a definição de gramática e o respectivo comentário e o apresentou como seu, no que se nota, como vemos abaixo, o argumento de que semelhanças de concepção não significam tradução de definição, uma forma talvez de dizer que diferenças de formulação afetariam a definição dos termos gramaticais e, por isso mesmo, impossibilitariam falar de plágio. De fato, embora a nossa preocupação não seja defender ou endossar as acusações de plágio, mas compreender os critérios em jogo, cabe notar diferenças importantes na definição de gramática de Júlio Ribeiro e de Whitney na medida em que, em relação à linguagem, o primeiro fala de *exposição dos fatos* e o segundo de *descrição dos usos*:

A minha definição é: «Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem.» A de Whitney resa: «English Grammar is the description of the usages of the English Language.»

Ha entre uma e outra similhaça de concepção; mas uma não é traducção da outra. O que é de Whitney, realmente, é o commentario.

A *chamada* refere-se ao commentario, e só ao commentario.

Para referir-me a uma definição de *linha e meia*, quando muito, não necessitava de eu indicar DUAS PAGINAS.

A minha *chamada* refere-se ás pag. 3 e 4 do livro de Whitney.

O commentario com effeito acha-se nas pag. 3 e 4.

A definição completa contem-se em duas linhas da pag. 4 (RIBEIRO, 2007, p. 100)

No ponto quatro, sobre a acusação de que copiou sem critério e literalmente um parágrafo da gramática de Whitney, Júlio Ribeiro assim responde:

Diz o paragrapho 375 de minha grammatica «A clausula adjectivo está sempre em relação attributiva com um substantivo expresso ou subentendido, ao qual se prende por meio de um pronome relativo.»

Diz o paragrapho 430 do livro de Whitney: «The adjective clause is introduced either by such a conjonction as may also be called a relative adverb: namely *where, whence, whither, when, why,* » o que traduzido é: «A clausula adjectivo é introduzida ou por um pronome relativo, ou aliás por conjunção tal, que se possa chamar também adverbio relativo, especialmente, *onde, donde, para onde, quando e porque.*» (Ibidem, p. 101)

A questão para Júlio Ribeiro é que o seu texto não é compatível com a formulação resultante da tradução do trecho de Whitney. Assim, para Júlio Ribeiro, apesar de abordarem o mesmo item, a “clausulo adjectivo”, o tratamento da questão não é igual, no que parece estar em jogo a ação no gramático na escolha de termos, no emprego de exemplos e na ordem da frase, e mesmo as diferenças da ordem da língua, pelo fato de trabalharem com duas línguas diferentes. O argumento é de que ele não copiou porque não traduziu e, se tivesse traduzido, o resultado não seria o mesmo da fonte, o que abre espaço para dizer que, para chegar ao mesmo resultado, seria preciso um trabalho de adaptação, exigido, por sua vez, pelo funcionamento particular de cada língua.

Os últimos quatro pontos não tocam necessariamente a questão do plágio, razão pela qual não vamos apresentá-los aqui. Demócrito não se mostra convencido pelas explicações de Júlio Ribeiro e volta a insistir sobre as acusações de plágio e de ignorância em termo de conhecimento filosófico. Na verdade, no mesmo período, um tal Diderot, cuja identidade não pôde ser revelada, escreve também uma série de cartas no mesmo jornal *A Provincia de São Paulo* para acusar igualmente Júlio Ribeiro de plágio, repetindo de certa forma os argumentos de Alberto Sales, razão pela qual também não o trazemos no presente trabalho.

Conclusão

Na caracterização de como de ser “o homem cientificamente preparado”, a agenda científica apresentada por Júlio Ribeiro abraça uma dimensão gigante do saber, que, por sua abrangência, lembra o universalismo enciclopédico perseguido pelo homem do Renascimento, mas organizado de uma maneira mais próxima de Augusto Comte e de sua divisão das ciências. No entanto, a própria interpretação que ele faz das ideias de Augusto Comte é contestada, num debate que, partindo de uma acusação de plágio, gira em torno da concepção da educação e do modelo ideal de organização das ciências.

Um ponto importante da polêmica entre Alberto Sales e Júlio Ribeiro é a maneira como esse último avalia a composição de seus textos e o emprego de referências de autores estrangeiros. De fato, Júlio Ribeiro utiliza frequentemente textos de terceiros em suas obras, sem citá-los na maior parte das vezes. No entanto, deixando de lado a dimensão moral da questão do plágio, o que nos interessa é pensar que, longe de ser uma simples cópia, existe todo um trabalho de ressignificação desse material por parte de Júlio Ribeiro. Nesse sentido, vale lembrar a afirmação de Orlandi (2004, p. 14) de que “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. Pensando essa colocação para o entendimento específico da composição da obra de Júlio Ribeiro no processo de gramatização brasileira no século XIX, vale igualmente recordar o que diz Orlandi sobre a vinculação dos gramáticos brasileiros com a produção internacional:

Como vemos, e isto é comum em muitos dos nossos autores, há uma relação com a ciência da linguagem, que é feita no exterior, que não é de pura e simples recepção de uma teoria. As teorias são, por assim dizer, usadas, para falar pelos nossos autores. São trazidas como argumentos favoráveis a seus pontos de vista e isto, muitas vezes, de forma em que se misturam princípios teóricos de umas e outras. Sem esquecer que inúmeras vezes não chegamos a saber exatamente de que autor a citação se serve. (ORLANDI, 2009, p. 57)

Defendendo que “as referências a autores estrangeiros, feitos por nossos autores, são uma maneira de argumentar em relação a uma história própria”, de modo a não serem “nem simples influências nem mera recepção”, Orlandi (2009, p. 122) sustenta que essas referências ao que vem de fora são antes “elaboração em função de uma nossa filiação de memória intelectual de estudos da linguagem”, são “formas de argumentar em função de ideias que dão a especificidade de uma filiação de memória intelectual linguística brasileira na relação com a ciência em geral”. “Não há reprodução teórica mas transferência, re-significação”, teoriza Orlandi (2000, p. 23) ao marcar que é preciso “considerar como nossos autores se filiam a linhas de reflexão linguísticas para poderem formular suas ideias e constituírem o nosso pensamento gramatical assim como a ideia de uma língua nossa, no Brasil”, alegando finalmente que, não havendo apenas reprodução de ideias estrangeiras no Brasil, é necessário ver “nessas filiações teóricas um processo de re-significação, de historicização, tanto da língua quanto do saber sobre ela” (Ibidem, p. 27). É nesse sentido que tomamos como *ressignificação* a composição dos textos de Júlio Ribeiro a partir do emprego dos escritos de autores estrangeiros. Dessa forma, refutando as simplificações das noções de *influência*, *reprodução*, *submissão* ou *plágio*, preferimos ficar com as palavras de Lagazzi- Rodrigues (2007, p. 13): “Filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas e em determinadas condições de produção”.

Como já mostramos em outros trabalhos (AQUINO, 2016, 2018a, 2018b), os textos de Júlio Ribeiro são construídos por meio de um elaborado trabalho de tradução, adaptação e acréscimos, um modo de apropriação de escritos de terceiros que foi encarado como plágio, mas que, a nosso ver, mostra antes de tudo uma posição de autoria que trabalha frequentemente em prol da afirmação de uma nacionalidade de um modo brasileiro de dizer sobre a língua portuguesa e também sobre a linguagem em geral e mesmo sobre a história das ciências da linguagem.

Para nós, permanece como ponto central a compreensão que Júlio Ribeiro tem de que uma gramática não se faz de qualquer maneira, mas a partir de um modelo e de conhecimentos que estão disponibilizados há várias séculos, o que, na sua avaliação, torna inócua a acusação de que sua obra é uma manta de retalhos de escritores estrangeiros, uma cópia de outras gramáticas. Em suma, para Júlio

Ribeiro, sendo a escrita de uma gramática um trabalho de composição segundo um modelo e conhecimentos dados por uma tradição, não há plágio quando não se cita uma fonte, o que não impede que haja um espaço de autoria no qual um gramático pode trazer inovações. No fim das contas, Júlio Ribeiro demonstra compreensão dos procedimentos de transferência metalinguística entre línguas a partir da tradição da gramática greco-latina para a composição de uma gramática.

Referências

AQUINO, José Edicarlo de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, Paris, 2016.

_____. A gramática estadunidense como alteridade para a gramatização brasileira do português no século XIX: análise da composição da gramática Holmes Brasileiro ou Grammatica da Puericia de Júlio Ribeiro (1886) com base no modelo do compêndio A Grammar of the English Language de George Frederick Holmes (1878). *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 2, p. 593-632, 2018a.

_____. A primeira obra de linguística produzida no Brasil: Traços Geraes de Linguistica (1880) de Júlio Ribeiro. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, n. 12, p. 218-254, 2018b.

ORLANDI, Eni P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In. ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-18.

RIBEIRO, Júlio. *Cartas sertanejas*. Procellarias. São Paulo, SP: Imprensa Oficial: FUNDAP, [1887] 2007.

AQUINO, J. E. A polêmica entre Júlio Ribeiro e Alberto Sales: uma análise do debate sobre o modelo...

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License

Recebido: 09/12/2018.

Aprovado: 09/02/2019.